



ORÇAMENTO DO ESTADO
EXPLICADO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

PREVISÕES PARA A ECONOMIA EM 2019

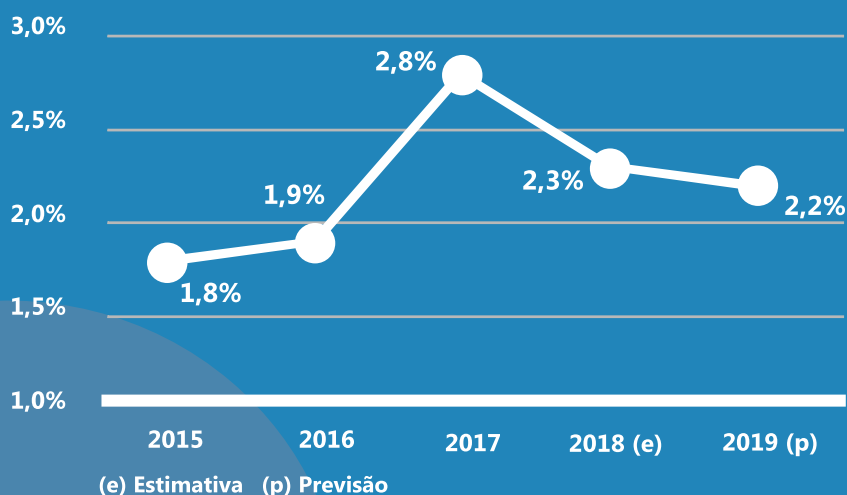
Para prever as receitas e despesas do Estado, é necessário ter uma previsão da evolução da economia nacional no próximo ano.

Por exemplo:



TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB

O crescimento sustentado da economia continua em 2019.



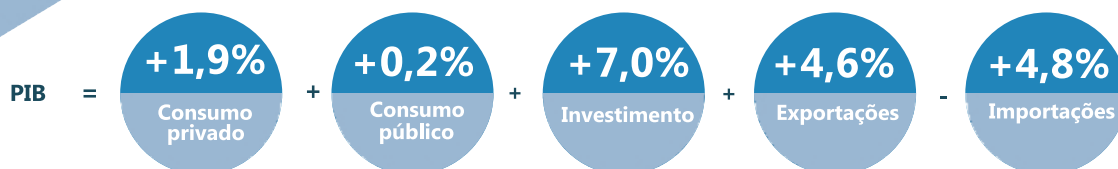
O QUE É O PIB?

PIB é a sigla para Produto Interno Bruto. Representa, em euros, o valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país, num dado ano. É a medida mais comum de atividade económica.

O crescimento do PIB traduz a evolução da economia. A previsão do crescimento depende da evolução prevista para os seus componentes

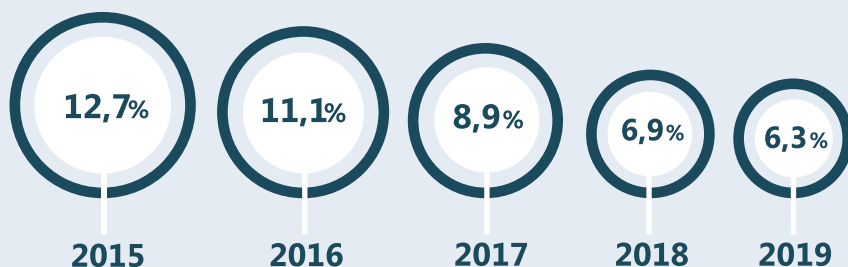
PREVISÃO PARA 2019

Investimento e exportações, o "motor" do crescimento.



TAXA DE DESEMPREGO (% POP. ATIVA)

O desemprego continuará no nível mais baixo do século.



O QUE É A TAXA DE DESEMPREGO?

Representa a proporção de pessoas capazes de exercer uma profissão e que procuram um emprego remunerado, mas que, por diversas razões, não encontram lugar no mercado de trabalho.

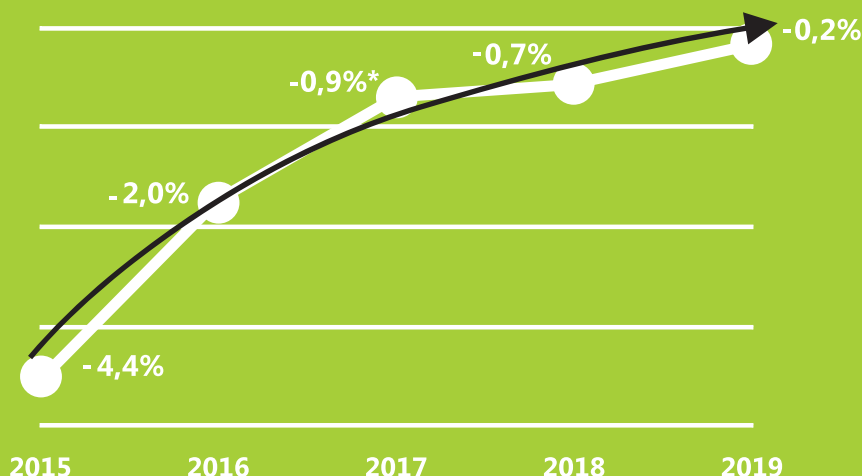
OS GRANDES NÚMEROS DO ORÇAMENTO

O QUE É O SALDO ORÇAMENTAL?

O saldo orçamental (em valor negativo, chamado défice) traduz a diferença entre as receitas e as despesas efetivas das Administrações Públicas no seu conjunto (Administração Central, a Segurança Social e a Administração Regional e Local).

SALDO ORÇAMENTAL (% DO PIB)

A política que tem permitido obter os défices mais baixos em democracia continuará em 2019.



A redução do défice orçamental permite contribuir para a redução do peso da dívida pública. Deste modo o Estado ganhará margem de manobra para poder intervir eficazmente numa futura crise.

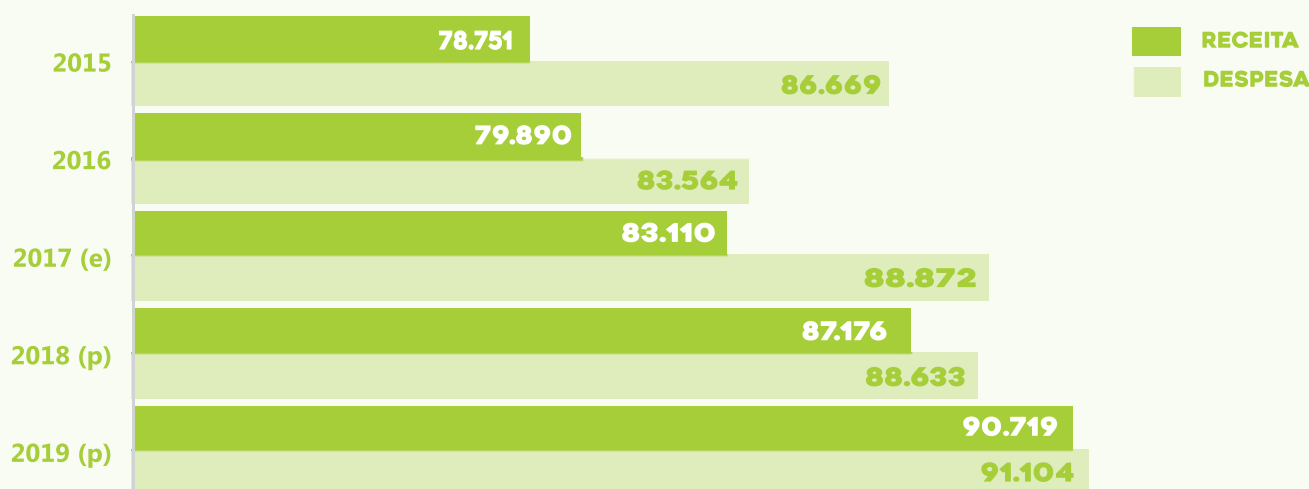
SALDO GLOBAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (% DO PIB, CONTABILIDADE NACIONAL)

*O saldo registado em 2017 nas contas nacionais é de -3,0%.

A diferença para o valor apresentado no Orçamento (de 2,1 p.p.) é explicada pelos custos com a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos ocorrida nesse ano, os quais acrescem à dívida pública.

RECEITAS E DESPESAS

Aumento das receitas em linha com o crescimento da economia.
Controlo da evolução da despesa.



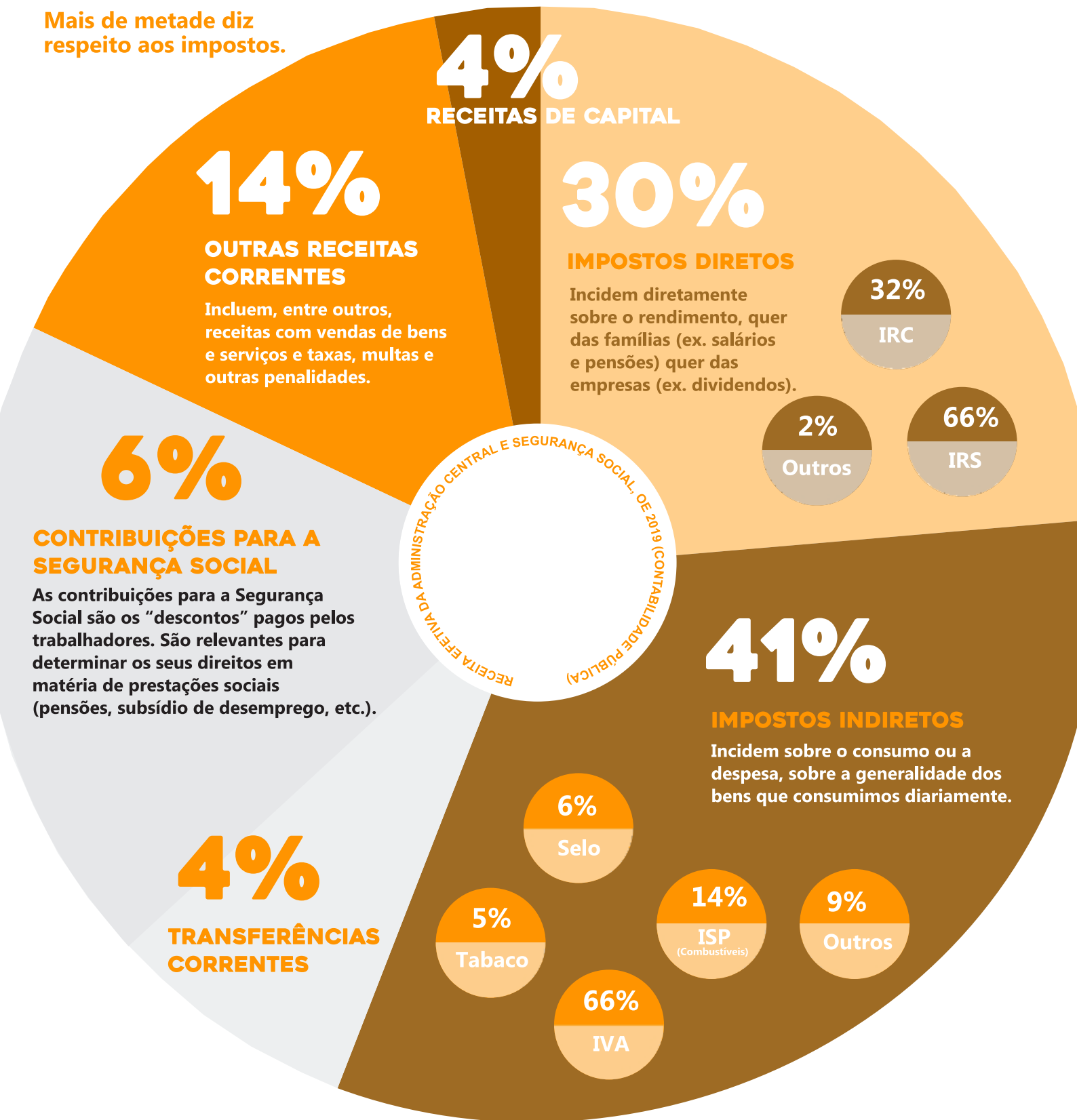
Em milhões de euros

Despesa e receita efetiva, Administrações Públicas (Contabilidade Nacional)

DE ONDE VÊM OS RECURSOS PÚBLICOS?

Os recursos do Orçamento do Estado vêm sobretudo das receitas fiscais (impostos) e contributivas ("descontos").

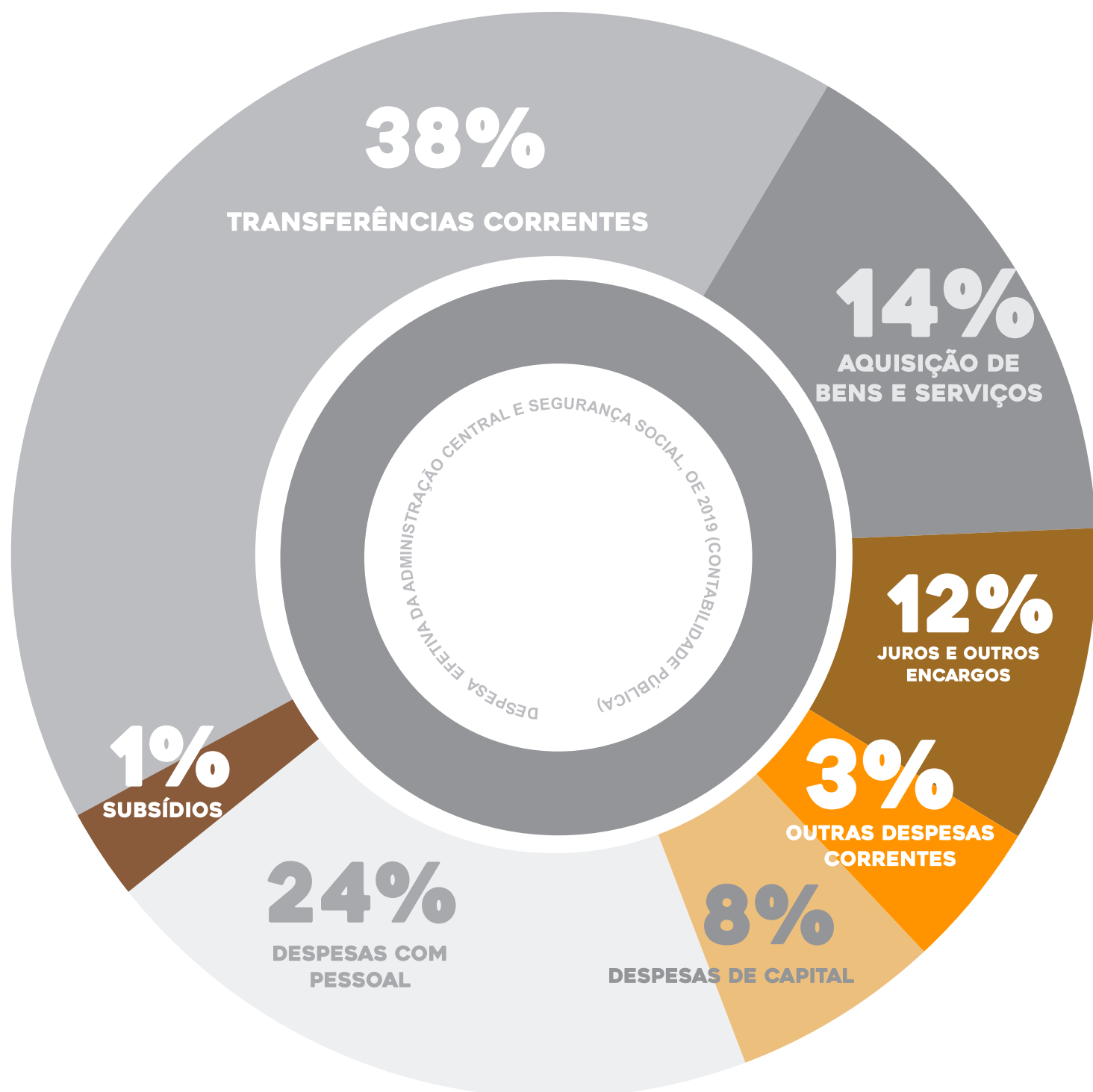
Mais de metade diz respeito aos impostos.



Além dos impostos aqui observados, existem outros como o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), não considerados como receitas gerais do Estado pois são receita dos municípios e das regiões autónomas.

ONDE SE GASTAM OS RECURSOS PÚBLICOS?

Dois terços da despesa pública é composta por salários e prestações sociais (das quais a maior parte são pensões). Em 2019, reforça-se a despesa em bens e serviços (onde se destaca o Serviço Nacional de Saúde) e o investimento.



Embora o Orçamento do Estado seja um instrumento determinante na definição das políticas públicas e do uso a destinar aos recursos públicos, muito do que se gasta não é decidido no orçamento de cada ano.

As remunerações dos trabalhadores do Estado, os juros da dívida pública ou as pensões contributivas são compromissos que, sendo assumidos por decisões e legislação anteriores, representam parte importante da despesa.

PARA ONDE VÃO OS RECURSOS PÚBLICOS?

TRABALHO, SEG. SOCIAL E SOLIDARIEDADE

Políticas de emprego, de formação profissional, de relações laborais e condições de trabalho, políticas de solidariedade e segurança social, bem como apoio à família.

Nota: A despesa em pensões contributivas – devidas em função dos “descontos” – não está refletida neste quadro.

20.126
milhões de euros

29,0%
da despesa da
Adm. Central

SAÚDE

Políticas de saúde, incluindo o financiamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

10.923
milhões de euros

15,7%
da despesa da
Adm. Central

GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Política financeira do Estado, incluindo o serviço da dívida pública (incl. gastos com juros).

7.419
milhões de euros

10,7%
da despesa da
Adm. Central

EDUCAÇÃO

Políticas para o sistema educativo, no âmbito da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da execução extraescolar, e a política nacional de juventude e desporto.

6.304
milhões de euros

9,1%
da despesa da
Adm. Central

FINANÇAS

Políticas para a Administração Pública, promovendo a gestão racional dos recursos públicos, e a gestão das participações financeiras do Estado e de outras entidades do Setor Empresarial do Estado.

4.707
milhões de euros

6,8%
da despesa da
Adm. Central

ORGÃOS DE SOBERANIA

Encargos gerais do Estado, despesas necessárias ao funcionamento do Estado e dos órgãos de soberania. (Inclui transferências para municípios, regiões autónomas, Assembleia da República e Presidência da República).

3.682
milhões de euros

5,3%
da despesa da
Adm. Central

Despesa efetiva, Administração Central (excl. Fundos da Segurança Social) por Programa Orçamental (contabilidade pública).

PARA ONDE VÃO OS RECURSOS PÚBLICOS?

PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS

Políticas de desenvolvimento regional, definição de políticas e de investimentos em infraestruturas, nas áreas da construção, do imobiliário e dos transportes.

3.414
milhões de euros

4,9%
da despesa da
Adm. Central

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Políticas para o apoio à investigação científica, desenvolvimento tecnológico e ensino superior (incluindo universidades, institutos politécnicos e outros).

2.761
milhões de euros

4,0%
da despesa da
Adm. Central

DEFESA

Políticas de Segurança e Defesa Nacional, incluindo o financiamento e a modernização das Forças Armadas.

2.327
milhões de euros

3,4%
da despesa da
Adm. Central

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviços de segurança interna e proteção civil, incluindo polícia, controlo de fronteiras, socorro e ainda administração eleitoral.

2.101
milhões de euros

3,0%
da despesa da
Adm. Central

JUSTIÇA

Tutela da administração da justiça, incluindo tribunais, Ministério Público e demais instituições responsáveis pela boa administração da justiça.

1.469
milhões de euros

2,1%
da despesa da
Adm. Central

AMBIENTE E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Políticas de ambiente, ordenamento do território, cidades, habitação, transportes urbanos, energia, transição energética e clima.

1.360
milhões de euros

2,0%
da despesa da
Adm. Central

PARA ONDE VÃO OS RECURSOS PÚBLICOS?

AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Políticas de apoio à agricultura e agro-indústria, ordenamento e gestão florestal.

1,218
milhões de euros

1,8%
da despesa da
Adm. Central

ECONOMIA

Apoio às empresas e à economia em setores estratégicos como a indústria, gestão e regulação das atividades turísticas, regulação e defesa do consumidor.

613
milhões de euros

0,9%
da despesa da
Adm. Central

CULTURA

Administração e apoio às atividades culturais nos diversos domínios, regulação e gestão do serviço público de rádio e televisão, comunicação social, salvaguarda e valorização do património cultural.

492
milhões de euros

0,7%
da despesa da
Adm. Central

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Condução da política externa e de cooperação do país, incorporando as entidades e atividades relacionadas com p. ex. a diplomacia.

415
milhões de euros

0,6%
da despesa da
Adm. Central

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Gestão das atividades da governação (Presidência do Conselho de Ministros) e políticas para a simplificação, inovação e participação dos cidadãos e outros interessados na administração pública, bem como para a cidadania e igualdade.

171
milhões de euros

0,3%
da despesa da
Adm. Central

MAR

Coordenação transversal dos assuntos do mar, proteção, ordenamento e gestão dos recursos do mar e dos seus usos, incluindo pescas, transporte marítimo e portos.

118
milhões de euros

0,2%
da despesa da
Adm. Central

MEDIDAS MAIS SIGNIFICATIVAS



MAIS RENDIMENTO PARA AS FAMÍLIAS

Um Orçamento do Estado que dá continuidade à política de recuperação de rendimentos dos portugueses, atualizando pensões, aumentando prestações sociais e reduzindo a despesa das famílias com transportes, energia e educação.



EMPRESAS MAIS PRODUTIVAS E INOVADORAS

Um Orçamento que promove o investimento, a inovação e a competitividade das empresas.



UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

Um Orçamento que prossegue a consolidação dos serviços públicos e do Estado Social, promovendo a coesão social, a igualdade de oportunidades e o combate à pobreza.



CONSTRUIR O FUTURO PARA TODAS AS GERAÇÕES

Um Orçamento que volta a apostar na cultura, na ciência e no conhecimento como motores do desenvolvimento, reafirmando o compromisso de construir um futuro com melhores oportunidades para todas as gerações.

MAIS RENDIMENTO PARA AS FAMÍLIAS

MEDIDAS MAIS SIGNIFICATIVAS



10 OU 6 EUROS

ATUALIZAÇÃO DE PENSÕES

Atualização de pensões em janeiro, no valor de 10 ou 6 euros, para os pensionistas com um valor global de pensões até 654€, permitindo alcançar uma efetiva compensação pela perda do poder de compra registada entre 2011 e 2015.



27 MIL FAMÍLIAS

ISENTAS DE IRS

Cerca de 27 mil famílias com rendimentos até 9124€ deixam de pagar IRS devido à subida do mínimo de existência do IRS (o valor era 8500€ em 2017).



50 MILHÕES DE EUROS

ATUALIZAÇÃO DOS SALÁRIOS

Valorização da Administração Pública, com atualização dos salários com impacto total de 50 M€, recrutamento de 1000 trabalhadores qualificados e concretização do programa Qualifica AP.



-6%

FATURA DA ELETRICIDADE

Na energia, a redução do défice tarifário permitirá uma diminuição da fatura da eletricidade da ordem de 6%. A redução do IVA da potência contratada para a taxa reduzida permitirá uma redução adicional da fatura energética.

EMPRESAS MAIS PRODUTIVAS E INOVADORAS



2019

FIM DO PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA

Em 2019 termina a obrigatoriedade do Pagamento Especial por Conta e é eliminada a coleta mínima no IRC no regime simplificado. Estas duas medidas permitirão melhorar a liquidez de muitas PME, potenciando o investimento e o emprego.



20%

MAJORAÇÃO DA DEDUÇÃO MÁXIMA

Majoração em 20% da dedução máxima por lucros retidos e reinvestidos quando estão em causa investimentos elegíveis realizados em territórios do Interior.



4.853 MILHÕES DE EUROS

INVESTIMENTO PÚBLICO

O investimento público será de 4.853 milhões de euros em 2019, atingindo os 2,3% do PIB. Destaque para os corredores internacionais da ferrovia, para a extensão de vias no metropolitano de Porto e Lisboa, para a compra de material circulante nos metros, comboios e barcos, bem como para a construção de novas unidades hospitalares e investimento na rede escolar.

UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA



350 MIL CRIANÇAS AUMENTO DO ABONO DE FAMÍLIA

Aumento do montante do abono de família para crianças até 3 anos de idade e para crianças entre os 4 e os 6 anos de idade. Serão ainda alargadas as majorações para crianças no primeiro ano de vida atribuídas às famílias com dois ou mais filhos. Este reforço do abono de família irá beneficiar mais de 350 mil crianças.



1,2 MILHÕES DE ALUNOS MANUAIS ESCOLARES GRATUITOS

Alargamento da atribuição de manuais escolares gratuitos a todos os alunos que frequentam o ensino obrigatório, estendendo a medida até ao 12.º ano.



5 NOVOS HOSPITAIS

Reforço da rede hospitalar, com o investimento na construção de 5 novos hospitais, introdução de um novo modelo de gestão hospitalar e de 26 projetos de hospitalização domiciliária. Acresce a construção e remodelação de 113 novos centros e extensões de saúde e a criação de 20 novas Unidades de Saúde Familiar.



EM MAIS DE 100 CONCELHOS GABINETE DE SAÚDE ORAL

Alargamento do Programa 'Saúde Oral Para Todos', com a abertura de, pelo menos, um gabinete de saúde oral em mais de 100 concelhos.

CONSTRUIR O FUTURO PARA TODAS AS GERAÇÕES



MENOS 20% PROPINAS NO ENSINO SUPERIOR

Redução do valor da propina máxima praticada nas universidades e politécnicos para 856 euros.



MAIS 20 MILHÕES DE EUROS DE APOIO AOS JOVENS ARRENDAMENTO JOVEM

Reforço da dotação orçamental do Programa Porta 65 em 20 milhões de euros.



GRATUITOS PASSES SOCIAIS GRATUITOS ATÉ AOS 12 ANOS

O Programa de Apoio à Redução do Tarifário (PART) dos transportes públicos em todo o território nacional deverá traduzir-se numa redução do preço dos passes, na criação de passes família, na gratuidade do transporte para menores de 12 anos, reservando-se parte do investimento à melhoria da oferta e à extensão da rede pública.



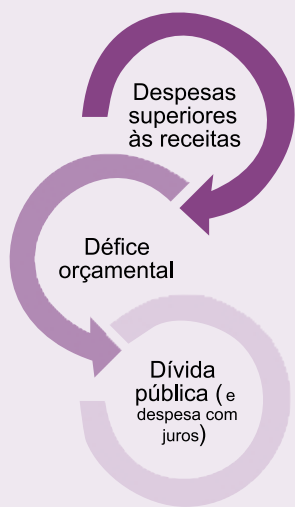
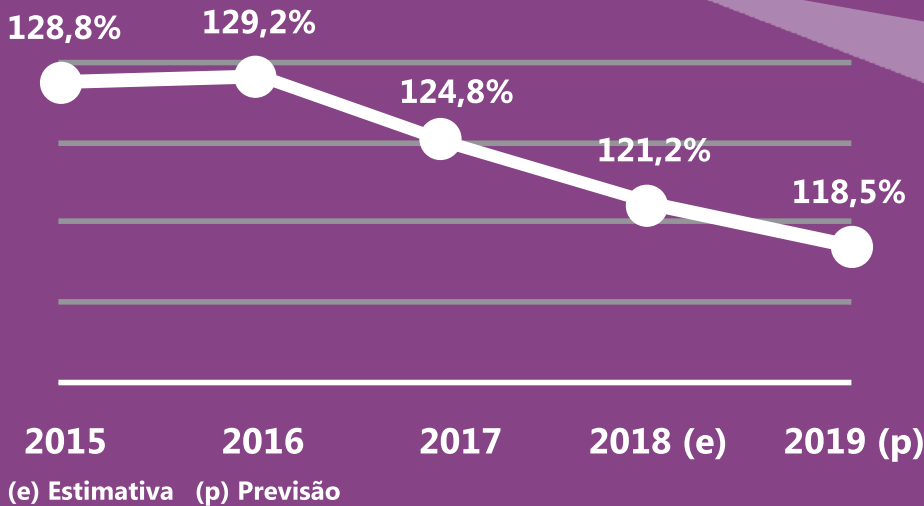
MAIS 2 CANAIS DE TDT

Acesso plural à cultura, nomeadamente através da disponibilização de mais dois canais da Televisão Digital Terrestre.

O PESO DA DÍVIDA PÚBLICA

Um nível elevado de dívida pública limita as opções que se podem tomar no Orçamento do Estado, pois implica uma despesa em juros elevada.

DÍVIDA PÚBLICA (% DO PIB)



O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA?

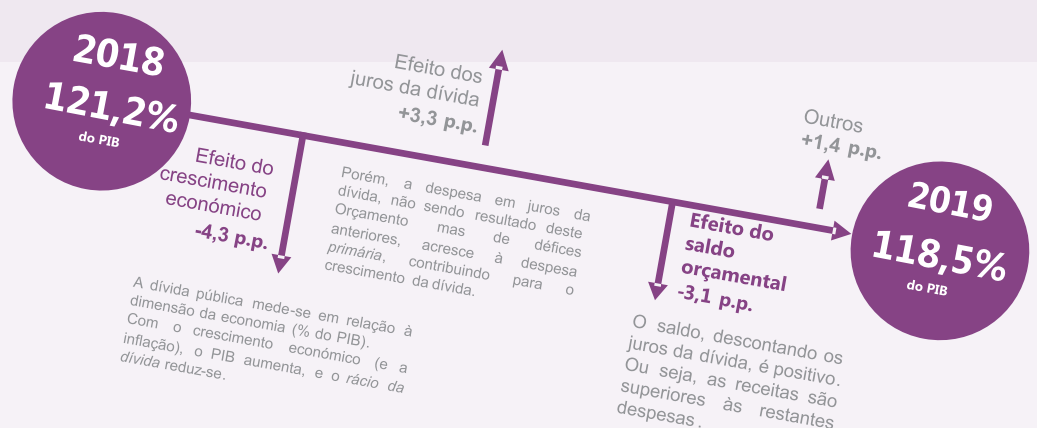
Quando o Estado incorre em despesas superiores às receitas, gera-se um défice orçamental. Este é financiado com dívida pública: empréstimos junto dos mercados financeiros e dos aforradores.

A dívida pública corresponde assim, grosso modo, ao acumulado dos défices orçamentais ao longo do tempo.

Existem ainda outros compromissos do Estado que, embora não contem para a dívida pública explícita, condicionam igualmente as opções que se podem fazer num determinado ano, ex. compromissos de longo prazo assumidos no âmbito de Parcerias Público-Privadas, ou pensões contributivas.

COMO EVOLUIRÁ A DÍVIDA PÚBLICA COM O ORÇAMENTO?

O ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2019 CONTRIBUI PARA A REDUÇÃO DA DÍVIDA.



O CICLO DO ORÇAMENTO



O leitor interessado em mais detalhes deverá consultar o Portal "Conhecer o Processo de Elaboração do OE" em www.dgo.pt

O ORÇAMENTO DIZ RESPEITO A TODOS



PARA MAIS INFORMAÇÕES

PRINCIPAIS DOCUMENTOS ORÇAMENTAIS

Programa de Estabilidade 2018-2019:

Documento estratégico que enquadra o Orçamento numa trajectória de médio prazo.

Lei do Orçamento para 2019:

Articulado da Lei;

Mapas Orçamentais (As Receitas e Despesas em detalhe);

Relatório do Orçamento do Estado (Análise detalhada das projecções e rubricas do Orçamento).

Desenvolvimentos Orçamentais:

Orçamentos individualizados para os organismos da Administração Pública.

Sínteses de Execução Orçamental:

Como está a correr a execução orçamental de 2018.

Conta Geral do Estado - 2017:

Como correu a execução do orçamento de 2017.

Glossário de Finanças Públicas:

[Direção-Geral do Orçamento.](#)

Portal Conhecer o orçamento do Estado ([DGO](#)).

O ORÇAMENTO DO ESTADO **EXPLICADO** é uma publicação do Ministério das Finanças. Baseia-se na Proposta de Lei e no Relatório do Orçamento do Estado para 2019. Em caso de eventual inconsistência, prevalecem os valores constantes dos documentos orçamentais originais (texto legislativo, Mapas e Relatório).